

PERCEPÇÕES DE CUIDADORAS ESCOLARES ACERCA DE SUA ATUAÇÃO E FORMAÇÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ/MA

PERCEPTIONS OF SCHOOL CAREGIVERS REGARDING THEIR PERFORMANCE AND TRAINING IN THE CONTEXT OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN THE MUNICIPALITY OF IMPERATRIZ/MA

PERCEPCIONES DE LAS CUIDADORAS ESCOLARES SOBRE SU ACTUACIÓN Y FORMACIÓN EN EL CONTEXTO DE LA EDUCACIÓN INFANTIL EN EL MUNICIPIO DE IMPERATRIZ/MA

Thaynara Alves Santos¹
Francisca Melo Agapito²

RESUMO: O artigo objetivou investigar a materialização da atuação e formação de profissionais Cuidadoras Escolares no contexto da Educação Infantil, em escolas do município de Imperatriz/MA, a partir de suas percepções. As lentes teóricas dialogam com a Inclusão Escolar, processo formativo educacional e legislações que asseguram este direito. No âmbito metodológico constitui-se uma pesquisa exploratória, descritiva, com abordagem qualitativa. Os dados gerados por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas com três Cuidadoras Escolares, duas atuantes na rede pública e uma na rede privada de ensino, foram analisados de modo descritivo. Os resultados mostraram que a atuação das Cuidadoras está vinculada ao cuidado, higiene, socialização, além de atividades pedagógicas, entre outras. Confirmou-se desafios relacionados à ausência de formação inicial direcionada, necessidade de formação continuada específica, que é inexistente na rede privada e ofertada na municipal, que, embora positiva, configurou-se exígua diante dos desafios. Conclui-se que o fortalecimento de políticas públicas voltadas à formação continuada, aliada à definição clara das atribuições das Cuidadoras Escolares, conforme as legislações vigentes, constitui um elemento essencial para qualificar sua atuação e contribuir para a efetivação da Inclusão Escolar na Educação Infantil.

Palavras-chave: Cuidador(a) Escolar. Formação Profissional. Inclusão Escolar.

¹Discente do curso de graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão- UFMA – Centro de Ciências de Imperatriz.

²Doutora em Ensino. Docente da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Docente permanente do Programa de Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas – PPGEPE/UFMA Centro de Ciências de Imperatriz. Imperatriz-MA.

ABSTRACT: This article aimed to investigate the practical work and training of school caregivers in the context of early childhood education in schools in the municipality of Imperatriz, Maranhão, based on their own perceptions. The theoretical framework draws upon concepts of school inclusion, educational training processes, and the legislation guaranteeing this right. Methodologically, the study is exploratory and descriptive, employing a qualitative approach. Data obtained through semi-structured interviews with three school caregivers—two working in the public school system and one in the private sector—were analyzed descriptively. The results showed that the caregivers' work encompasses care, hygiene, and socialization, as well as pedagogical activities, among other tasks. Challenges were identified regarding the lack of targeted initial training and the need for specific continuing education; while such training is offered in the municipal system—albeit proving insufficient given the challenges faced—it is nonexistent in the private sector. The study concludes that strengthening public policies for continuing education, combined with a clear definition of school caregivers' duties in accordance with current legislation, is essential to improving the quality of their work and contributing to the effective implementation of school inclusion in early childhood education.

Keywords: School caregiver. Professional training. School inclusion.

RESUMEN: Este artículo tuvo como objetivo investigar la materialización del desempeño y la capacitación de los cuidadores escolares en el contexto de la educación infantil temprana en las escuelas del municipio de Imperatriz/MA, con base en sus percepciones. El marco teórico aborda la inclusión escolar, el proceso formativo educativo y la legislación que garantiza este derecho. Metodológicamente, se trata de una investigación exploratoria y descriptiva con un enfoque cualitativo. Los datos generados a través de entrevistas semiestructuradas realizadas a tres cuidadores escolares, dos que trabajan en el sistema escolar público y uno en el sistema escolar privado, fueron analizados descriptivamente. Los resultados mostraron que el trabajo de los cuidadores está vinculado al cuidado, la higiene, la socialización y las actividades pedagógicas, entre otras. Se confirmaron los desafíos relacionados con la falta de capacitación inicial específica y la necesidad de una formación continua específica. Esta capacitación es inexistente en el sistema escolar privado y, aunque positiva, se ofrece en el sistema municipal, resultando insuficiente dadas las dificultades. Se concluye que el fortalecimiento de las políticas públicas orientadas a la formación continua, junto con una definición clara de las responsabilidades del personal de atención escolar, de conformidad con la legislación vigente, es un elemento esencial para mejorar su desempeño y contribuir a la implementación efectiva de la inclusión escolar en la educación infantil.

Palabras clave: Cuidador(a) Escolar. Formación Profesional. Inclusión Escolar.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, constituindo-se indispensável para a formação integral da criança, sobretudo, ao englobar aspectos físicos, cognitivos, emocionais, sociais e culturais. As instituições de Educação Infantil têm o papel de proporcionar experiências educativas que respeitem as particularidades e necessidades de cada criança, assegurando que todos/as tenham acesso, permaneçam, participem e aprendam. Com

o fortalecimento das políticas públicas de Inclusão Escolar no Brasil, tem-se observado um aumento considerável no número de crianças neurodivergentes matriculadas em creches e pré-escolas, o que demanda das instituições educacionais novas maneiras de organização pedagógica e de cuidado.

A Inclusão Escolar é um princípio educacional que assegura o direito de todos os/as estudantes de aprenderem e participarem do processo educativo em igualdade de oportunidades, independentemente de suas características, condições ou necessidades específicas. De acordo com Mantoan (2015), a concretização deste princípio requer uma mudança na escola, para que ela possa receber a diversidade humana, removendo obstáculos que impedem a participação e o aprendizado dos alunos. Sendo assim, não cabe ao aluno adaptar-se à escola, é a instituição que deve reorganizar suas práticas pedagógicas, seus espaços e sua cultura para garantir uma educação de qualidade para todos. Estando ainda garantida por dispositivos legais que partem da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) – Lei nº 13.146/2015. E mais recentemente foram criados os Decretos nº 12.686/2025 e 12.773/2025, que fortalecem o direito a uma educação para todos/as, independente das condições, afirmando que todas as crianças têm o direito de estar em ambientes inclusivos e acessíveis.

3

Contudo, a concretização deste direito vai além da mera matrícula de estudantes nas instituições de ensino, sendo essencial que existam condições apropriadas para seu desenvolvimento e aprendizagem. Entre estas, elencamos a formação de profissionais capacitados para trabalhar com as especificidades do público atendido, é fundamental. Nesse contexto, emerge o/a profissional Cuidador/a Escolar, que exerce uma função indispensável na rotina de crianças neurodivergentes. Estão diretamente envolvidos nas atividades relacionadas à alimentação, higiene, locomoção, interação social e participação nas propostas pedagógicas da Educação Infantil. Embora suas funções estejam muitas vezes ligadas ao cuidado, sua atuação é, em muitos momentos extrapolada, uma vez que contribuem significativamente para a inclusão, o desenvolvimento da autonomia e a construção de laços afetivos que favorecem o processo educativo.

A literatura educacional contemporânea, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2009), têm mostrado que cuidado e educação são dimensões que não podem ser dissociadas na Educação Infantil. Nesta ótica, o trabalho

realizado pelo/a Cuidador/a não pode ser compreendido de forma isolada ou secundária, dentro da dinâmica escolar. Contrariamente, seu papel é ativo na criação de um ambiente escolar acolhedor, seguro e inclusivo, garantindo que as crianças neurodivergentes possam usufruir das experiências pedagógicas com equidade, assim como as demais. No entanto, mesmo sendo fundamental sua atuação, ainda se observam lacunas na formação profissional, especialmente no que diz respeito ao conhecimento sobre as particularidades de crianças neurodivergentes e das práticas inclusivas.

Estudos científicos (Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014); Lopes e Mendes (2021)), apontam desafios interligados à formação e atuação dos profissionais de apoio, demonstrando que muitos Cuidadores/as ingressam na função sem formação específica para atuar com crianças público-alvo da Educação Especial. Em muitos casos, possuem apenas a escolaridade mínima exigida pelos processos seletivos ou formações gerais que não contemplam de maneira aprofundada temas relacionados à Inclusão Escolar, desenvolvimento infantil, comunicação alternativa, mediação pedagógica ou manejo de comportamentos característicos de determinadas condições neurológicas. Essa situação pode gerar insegurança no trabalho, dificuldades no dia a dia e restrições no atendimento às crianças.

Nesta conjuntura, nos interessou compreender expressões destes/as profissionais, de suas experiências, desafios e construções cotidianas, assim, a questão que direcionou o estudo foi: como tem se materializado a atuação e formação de profissionais Cuidadoras³ Escolares no contexto da Educação Infantil, em escolas do município de Imperatriz/MA, a partir de suas percepções? Considerando a presente pergunta, o objetivo geral do trabalho consistiu em investigar a materialização da atuação e formação de profissionais Cuidadoras Escolares no contexto da Educação Infantil, em escolas do município de Imperatriz/MA, a partir de suas percepções. Sendo o desdobramento ocorrido com os objetivos específicos: discutir sobre o perfil profissional e formativo de Cuidadores/as Escolares, situando aspectos conceituais e normativas legais vigentes e analisar as percepções de Cuidadoras Escolares, sobre suas atuações e formações inicial e continuada, mediante a concretização de práticas junto às crianças neurodivergentes, em escolas do município de Imperatriz/MA.

A investigação pautou-se em estudos teóricos e legislações (Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014); Lopes e Mendes (2021); Batista et al., (2025); LBI (2015), Decretos nº 12.686/2025

³ Neste trabalho o uso do gênero feminino decorre do fato de que todas as participantes da pesquisa são mulheres, neste contexto, optamos por realizar esta demarcação.

e 12.773/2025), entre outros relevantes para a discussão. Configura-se como uma pesquisa exploratória, com inspiração na pesquisa documental, além de abordagem qualitativa e imersão no campo empírico de pesquisa, tendo como participantes três (3) Cuidadoras Escolares. A investigação concentrou-se no contexto público e privado do município de Imperatriz/MA, considerando o papel central desempenhado pelas participantes da pesquisa, na promoção de uma Educação Inclusiva e de qualidade.

Além destas considerações preliminares, o artigo está assim dividido: primeiramente discutimos sobre o/a profissional Cuidador/a Escolar, em seguida discorremos sobre alguns aspectos da formação de Cuidadores/as Escolares no momento contemporâneo, Prosseguimos como o Itinerário Metodológico, e por fim, nas Considerações Finais retomamos os principais resultados deste estudo, apresentando reflexões decorrentes da pesquisa.

SITUANDO O DIÁLOGO SOBRE O/A PROFISSIONAL CUIDADOR/A ESCOLAR

A Inclusão Escolar constitui um dos principais avanços das políticas educacionais contemporâneas, fundamentando-se no princípio de que todas as crianças possuem o direito de aprender e participar da vida escolar em igualdade de condições, independentemente de suas características físicas, cognitivas, sensoriais ou sociais (Mantoan, 2015). Ela rompe com modelos segregacionistas historicamente adotados pela Educação Especial, defendendo a construção de ambientes escolares capazes de acolher e valorizar a diversidade humana. De acordo com a autora, a Inclusão Escolar não se limita à presença física dos estudantes com deficiência ou necessidades específicas na escola regular, mas implica transformações estruturais, pedagógicas e culturais que garantam sua participação efetiva no processo educativo. A escola inclusiva, neste cenário, deve reconhecer as diferenças como parte constitutiva da sociedade e promover práticas que respeitem as singularidades de cada indivíduo.

No contexto da Educação Infantil, a Inclusão assume relevância ainda maior por se tratar de uma etapa fundamental para o desenvolvimento humano. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (Brasil, 2009), as instituições de Educação Infantil devem assegurar condições para que todas as crianças tenham acesso às experiências de aprendizagem, convivência e desenvolvimento, respeitando suas necessidades e potencialidades. Sob este viés, adentram crianças neurodivergentes, conforme explica Nick Walker (2021). Para este autor, a neurodivergência não deve ser tratada como uma patologia, mas sim como uma alteração natural da diversidade humana. Sob essa ótica, condições como o

Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) entre outros perfis do neurodesenvolvimento, apenas representam formas diferentes destas crianças enxergarem, entenderem e interagirem com o mundo ao seu redor.

Conforme aponta Vygotsky (1997), o desenvolvimento infantil ocorre por meio das interações sociais e da mediação realizada pelos adultos e pelos próprios pares. A criança amplia suas capacidades e constrói novas formas de compreender o mundo nessas ações de troca, linguagem e convivência com outras crianças, mediadas pelos adultos. Esse entendimento está ligado diretamente com o que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), apresenta ao reconhecer a criança como um sujeito ativo, que aprende nas suas interações e nas brincadeiras. O documento destaca que as experiências vividas em grupo têm um papel central no desenvolvimento das crianças na Educação Infantil. A BNCC vem reforçar ainda a ideia de que o desenvolvimento não acontece de forma isolada, mas com as relações estabelecidas no cotidiano escolar através do brincar e da convivência.

Nesta direção, a inclusão de crianças neurodivergentes na Educação Infantil, requer a atuação de profissionais preparados/as para promover experiências significativas de aprendizagem, interação e participação social. O trabalho pedagógico docente é a ponte para que as construções necessárias à formação destas sejam efetivas. E em conjunto com a ação docente, há que se considerar outros/as profissionais que atuam diretamente para subsidiar o trabalho formativo, posto isto, evidenciamos o/a profissional Cuidador/a Escolar, que também está presente em sala de aula, auxiliando as crianças neurodivergentes. promovendo ações de cuidado, higiene e por vezes, atuando pedagogicamente neste processo.

Ao discutir sobre os serviços de apoio à Inclusão Escolar, Mendes e Lopes (2021, p. 2) afirmam que "a literatura recomenda diferentes profissionais para compor as redes de apoio à inclusão escolar e, no Brasil, nota-se a crescente demanda [...] do denominado Profissional de Apoio à Inclusão Escolar (PAIE)". Essa constatação evidencia a ampliação por parte das redes de ensino, para a contratação de profissionais para acompanhar estudantes público-alvo da Educação Especial. Nesta ótica, a presença de Cuidadores/as Escolares tornou-se cada vez mais frequente nas instituições educacionais brasileiras, em decorrência da ampliação das políticas de inclusão. Estes/as exercem funções relacionadas ao apoio nas atividades de alimentação, higiene, mobilidade, comunicação e participação das crianças com deficiência ou necessidades específicas nas rotinas escolares. Embora frequentemente associadas ao cuidado físico, a atuação de Cuidadores/as ultrapassa essa dimensão. Segundo Kramer (2006), na Educação Infantil não

existe separação entre educar e cuidar, ambas as ações constituem elementos inseparáveis do desenvolvimento infantil. O cuidado envolve aspectos afetivos, emocionais e relacionais, que influenciam diretamente nos processos de aprendizagem.

Nesse sentido, profissionais Cuidadores/as Escolares desempenham um papel fundamental na construção da autonomia de crianças neurodivergentes, contribuindo para sua participação nas atividades pedagógicas e para o fortalecimento de vínculos sociais dentro da escola. Sua atuação favorece o acesso às experiências educativas e auxilia na superação de barreiras que possam dificultar a inclusão. Quando foi criada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), já foi possível confirmar o reconhecimento e a importância de profissionais de apoio escolar no atendimento aos estudantes que necessitam de auxílio em atividades de alimentação, higiene e locomoção. E de modo adicional, o documento também destaca que devem atuar de forma articulada com professores/as e demais integrantes da equipe pedagógica, evitando práticas assistencialistas ou segregadoras.

Os recentes Decretos Federais nº 12.686/2025 e nº 12.773/2025, iniciaram um capítulo fundamental na história da Educação Inclusiva no Brasil, ao lançarem um olhar técnico e humanizado sobre a figura do/a Profissional de Apoio Escolar, conhecido como Cuidador/a. Por anos, essa função operou às margens da indefinição do exercício de suas funções, da precarização e do assistencialismo, sendo vista muitas vezes, somente como um suporte físico ou de higiene. Com o Decreto nº 12.686/2025, identifica-se na seção V, artigo 14, o detalhamento sobre sua atuação, com base no Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), qual seja:

- I - na locomoção, no acesso e na participação dos estudantes em todos os espaços e atividades pedagógicas;
- II - na higiene e na alimentação, guardado o respeito ao corpo e à privacidade, ao tempo e às escolhas dos estudantes;
- III - na interação social e na comunicação, a partir do reconhecimento das diferentes formas de expressão dos estudantes e da pluralidade dos meios e modos de comunicação; e
- IV - na utilização de eventuais tecnologias e recursos auxiliares desenvolvidos pelo AEE, de modo a favorecer o convívio entre pares e a livre expressão dos estudantes nas atividades e nos espaços escolares (Brasil, 2025).

A nova legislação se propôs a alterar significativamente esse paradigma estruturando as atribuições deste/a profissional, com o PAEE, especificando ainda que “§ 2º A oferta do profissional de apoio escolar será avaliada pelo estudo de caso e independerá de resultado de

diagnóstico, laudo, relatório ou qualquer documento emitido por profissional de saúde” (Brasil, 2025). E complementarmente, no Decreto nº 12.773/2025, eleva a exigência de formação específica para a carga horária de cento e oitenta (180) horas e vincula o custeio destes/as profissionais aos recursos do Fundeb (Brasil, 2025).

Trata-se de uma transição institucional que visa iniciar o deslocamento deste/a trabalhador/a de uma posição de vulnerabilidade contratual, para o centro estratégico do processo pedagógico inclusivo. Ainda neste sentido, a Portaria nº 421/2026, regulamenta a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI) no Brasil, ratifica, em seu artigo 13: “Parágrafo único. As atribuições de profissionais de apoio escolar não se confundem com aquelas de caráter docente, que devem estar sob responsabilidade de professores e demais membros da equipe pedagógica”. Este ponto representa um reforço sobre a incumbência deste/a profissional, distanciando-o de ações que não são de sua responsabilidade.

Analisamos ainda que, uma das conquistas mais significativas concernente a estes novos suportes normativos, está na ruptura de uma visão patológica, que historicamente condicionava o direito à educação. Ao determinar de forma expressa que a concessão do/a Profissional de Apoio Escolar, não necessita da apresentação de laudos médicos ou diagnósticos clínicos, o Estado homologa uma premissa defendida pelas ciências da educação, em que as barreiras do aprendizado são dinâmicas e sociais, devendo ser avaliadas por meio de um estudo de caso, pela própria comunidade escolar. Essa desburocratização representa um avanço profundamente humano, pois não condiciona ter os documentos supracitados como requisitos para obtenção do direito a/ao Profissional de Apoio Escolar, suplantando assim, a jornada angustiante de famílias vulneráveis em filas do sistema de saúde, para este fim específico, garantindo ainda que o acolhimento do/a estudante, ocorra no tempo imediato de suas necessidades e promova o seu pleno desenvolvimento.

Sob este prisma da análise social, a publicação desses decretos deve ser celebrada não apenas como um ato administrativo, mas como uma vitória coletiva decorrente de décadas de mobilização de familiares, educadores/as e movimentos em defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Assegurando que a dignidade, a privacidade e a autonomia de alunos/as sejam preservadas por profissionais devidamente qualificados/as e valorizados/as, a legislação reitera que a Inclusão não é um favor ou um ato de caridade, mas um direito público subjetivo (Carvalho, 2012). Portanto, o cenário consolidado em 2025 reafirma o compromisso democrático

com uma escola que não apenas realiza matrícula, mas que efetivamente busca sustentar a permanência, o desenvolvimento e o pertencimento de cada sujeito em sua singularidade.

A colaboração entre Cuidadores/as Escolares, professores/as, gestores/as e famílias é fundamental para a construção de estratégias inclusivas e eficazes. Conforme defende Glat (2018), a Inclusão Escolar depende de uma rede de apoio capaz de compartilhar responsabilidades e conhecimentos, promovendo intervenções que atendam às necessidades individuais dos estudantes. Dessa forma, o trabalho desenvolvido por tais profissionais não deve ser compreendido como mera execução de tarefas operacionais, mas como parte integrante do processo educativo. Sua atuação influencia diretamente o desenvolvimento emocional, social e cognitivo de crianças, especialmente daquelas que necessitam de apoio contínuo para participar das atividades escolares.

Por conseguinte, Cuidadores/as Escolares exercem uma função relevante no contexto da Educação Inclusiva, principalmente na Educação Infantil, ao propiciar ao aluno autonomia para que consiga lidar com as adversidades durante as atividades escolares. Ainda que suas atribuições ainda sejam ligadas ao cuidado, sua atuação não deve ser compreendida isoladamente e nem desvinculada do processo educativo, mas sim precisa estar integrada a uma rede de apoio.

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE CUIDADORES/AS ESCOLARES NO MOMENTO CONTEMPORÂNEO

A formação profissional constitui um dos fatores mais importantes para a qualidade do trabalho desenvolvido por Cuidadores/as Escolares. O conhecimento sobre desenvolvimento infantil, Inclusão Escolar, crianças neurodivergentes, comunicação alternativa, mediação pedagógica e estratégias de intervenção, entre outros aspectos igualmente importantes, favorece uma atuação mais segura, eficiente e humanizada. Sob este prisma, a capacitação para a atuação nesta área tem sido cada vez mais tema de debates, principalmente devido ao aumento da matrícula de estudantes com alguma deficiência nas turmas do ensino regular.

Contudo, apesar do aumento da presença deste/a profissional nas instituições de ensino, a produção literária tem mostrado que a sua implantação não foi, de imediato, acompanhada de critérios estabelecidos para a formação e o exercício da função, sendo diversificada entre municípios e até estados, comprometendo sua valorização e compreensão sobre atuação (Batista et al., 2025). Essa situação levou muitos profissionais a começarem suas atuações profissionais

sem a devida formação específica para enfrentar as diversas solicitações do cotidiano escolar, situação essa destacada por Mendes e Vilaronga (2014), como um dos maiores obstáculos para a consolidação das ações inclusivas.

Partindo desse pressuposto, é entendido que a efetivação da Inclusão Escolar depende da presença de diversos profissionais nesse meio, além da organização de um sistema colaborativo entre eles para que consigam atender às necessidades dos alunos. As autoras apontam também que, a Inclusão necessita de uma rede de apoio bem estruturada, com oferta de formação continuada ocupando o papel central, para proporcionar que estes/as profissionais trabalhem de forma vinculada e coerente diante das demandas.

Seguem esta linha argumentativa, Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014, p. 43), quando afirmam que “as propostas de inclusão escolar pressupõem a construção de uma rede de apoio que envolve contratação de profissionais, formação e capacitação permanente, articulada ao trabalho colaborativo”. Essa argumentação reforça que somente a presença do/a Cuidador/a não garante a inclusão do aluno em sala de aula. Nesse contexto, uma formação consistente e articulada com o exercício da função, é necessária para que a atuação ocorra de forma integrada aos outros profissionais da escola.

Ao tratar dos saberes profissionais, Tardif (2014) defende que a formação não remete
10
somente à aquisição de conhecimentos específicos, sendo ela a junção de conhecimentos acadêmicos, das experiências realizadas na prática profissional e das relações no mundo do trabalho.

Por isso, torna-se fundamental que as ações de capacitação sejam promovidas por redes de ensino, ou ainda, realizadas por autoformação, considerem os desafios enfrentados no contexto escolar, conforme cada área de atuação. Entendemos que as oportunidades de formação impactam diretamente em atuação laboral mais assertiva, segura, comprometida com a função, e para além, estar preparado/a para o exercício de qualquer função eleva as possibilidades de valorização profissional, condições de trabalho e reconhecimento da importância social da função exercida.

Partindo desta compreensão, consideramos que o trabalho de Cuidadores/as Escolares requer constantes possibilidades de formação continuada, uma vez que, a rotina da Inclusão Escolar apresenta desafios que necessitam de atualização e reflexão constante sobre a prática. Uma formação consistente com área de atuação possibilita, por exemplo, que profissionais Cuidadores/as Escolares identifiquem sinais de desconforto sensorial, compreendam diferentes

formas de comunicação, auxiliam na regulação emocional e promovam interações sociais positivas.

Além disso, com conhecimento sistematizado o trabalho pode favorecer a colaboração com professores/as na adaptação de atividades e na construção de estratégias pedagógicas inclusivas. Nesta direção, o Decreto nº 12.773/2025, evidencia a obrigatoriedade de haver a seguinte formação conforme anunciado: “Art. 15. O profissional de apoio escolar terá: I - formação inicial de, no mínimo, nível médio; e II - formação continuada, com carga horária de, no mínimo, cento e oitenta horas, nos termos do disposto em ato do Ministro de Estado da Educação”. O exposto nesta legislação, pode ser visto por duas frentes, se por um lado, demarca uma maior carga horária de formação, que pode propiciar melhorias sobre conhecimentos para a atuação, por outro lado, ainda gera desafios concernentes a uma formação inicial mínima, sendo que, não abordam temáticas específicas para um exercício da função.

Em suma, a formação profissional de Cuidadores/as Escolares representa um elemento basilar para a efetivação da Inclusão Escolar. Ao investir na qualificação destes/as, as instituições de ensino fortalecem não apenas o cuidado oferecido às crianças, mas também a qualidade das práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Infantil, contribuindo para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e comprometida com os direitos de todos os estudantes.

ITINERÁRIO METODOLÓGICO

A pesquisa não é apenas um processo constante em busca de respostas, mas também é um movimento de formação de novas indagações sobre o objeto a ser investigado (Gil, 2008). Neste sentido, seguimos como trajetória metodológica a pesquisa exploratória, que se caracteriza por proporcionar maior familiaridade com o problema investigado, tornando-o mais claro e permitindo a construção de hipóteses mais consistentes. Conforme defendido por Gil (2008, p. 27), a pesquisa exploratória tem como finalidade "desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores". Esta escolha permitiu maior proximidade com a temática estudada, facilitando a compreensão acerca das vivências, percepções da atuação e formação de Cuidadoras Escolares na Educação Infantil.

Esta constitui-se também com uma abordagem qualitativa, pois considera a compreensão do fenômeno em aspectos subjetivos. Como bem pontua Ludke e André (2018), a

pesquisa qualitativa é adequada quando se pretende analisar significados, percepções, sentimentos e práticas sociais, alinhando-se a presente investigação, que busca compreender sobre a formação profissional das cuidadoras de crianças neurodivergentes e a forma que ela impacta em suas práticas pedagógicas e no cuidado desenvolvido na Educação Infantil no município de Imperatriz.

A imersão no campo empírico da pesquisa proporcionou adensamento para traçarmos uma análise articulada com a realidade vivenciada por profissionais Cuidadoras Escolares. Para tanto, fizeram parte quatro (4) participantes, sendo duas (2) de uma escola pública municipal e duas (2) de uma escola particular do município de Imperatriz/MA. Neste município, estas profissionais também são denominadas como: Acompanhantes Especializadas, Auxiliares de Inclusão ou Cuidadoras Escolares e geralmente apresentam formações variadas. Muitas possuem Ensino Médio, Curso de Magistério ou graduação em Pedagogia em andamento ou concluída. Em alguns casos, recebem capacitações específicas sobre inclusão, autismo, deficiência intelectual, mobilidade, alimentação e higiene escolar. Entretanto, a formação especializada nem sempre é exigida como requisito para o exercício da função, o que gera diferenças na qualidade do atendimento oferecido.

No município de Imperatriz, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), por meio do Setor de Inclusão e Atenção à Diversidade (SIADI), promove formações continuadas para profissionais que atuam com estudantes público-alvo da Educação Especial. Há registros de capacitações destinadas a Cuidadores/as, Gestores/as e demais servidores da rede para discutir sobre deficiências, Inclusão Escolar e o papel desses profissionais no acompanhamento dos alunos. Concernente a rede particular, foi identificado nas respostas da entrevistada que atua nesta esfera, não há capacitação inicial ou ainda preparação mínima para situar o/a profissional e atuar junto às crianças neurodivergentes.

Considerando os aspectos éticos das pesquisas em seres humanos, tivemos o cuidado de tornar nítida a condução do processo, evidenciando objetivos, procedimentos, confidencialidade, anonimato, e a finalidade do uso das informações para fins estritamente acadêmicos, entre outros aspectos de igual relevância, para resguardar as participantes. Assim, após esclarecidos estes pontos e dado o aceite na participação da pesquisa, houve a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Reiteramos que o percurso desta pesquisa foi orientado pela preocupação com a dimensão ética, pautando-se pelo respeito absoluto à dignidade e aos direitos das participantes selecionadas. Esse diálogo garantiu que a

decisão de colaborar partisse de uma escolha livre e consciente por parte das entrevistadas, deixando claro que a desistência poderia ocorrer sem qualquer tipo de ônus ou constrangimento. A proteção da identidade também recebeu atenção rigorosa, garantindo o anonimato, sendo assim, as participantes foram codificadas com nomes de flores, quais sejam: Lírio, Girassol e Açucena.

Para a geração de dados, utilizamos como instrumento a entrevista semiestruturada. Para Gil (2008, p. 9), a entrevista pode ser definida como "a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessem à investigação". Na modalidade semiestruturada o roteiro previamente elaborado, permite que o pesquisador aprofunde determinados aspectos durante a conversa. Este ponto permite fluidez possibilitando que as participantes expressem suas experiências, percepções e compreensões sobre as indagações do tema estudado, conforme emergiram possibilidades de acréscimos à pergunta proposta. A duração média das entrevistas foi de 30 a 40 minutos. Sendo realizadas individualmente e registradas por meio de gravação em áudio, com autorização prévia das participantes. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas na íntegra, para subsidiar o processo de análise dos dados, de forma a preservar a fidelidade das informações produzidas.

13

De posse dos dados gerados, a pesquisa foi analisada a partir da análise descritiva, de acordo com a organização e interpretação das informações qualitativas obtidas nas respostas das entrevistas semiestruturadas. As informações foram organizadas com base nas perguntas do roteiro, procurando relacionar as menções feitas pelos participantes, identificando semelhanças e diferenças entre suas respostas. A análise descritiva, como apresenta Gil (2008), serve para organizar e apresentar os dados de modo que possam ser analisados e interpretados de forma direta a partir das percepções das participantes. Destarte, a partir desse itinerário metodológico, os dados produzidos foram organizados e interpretados, dando visibilidade às experiências, desafios e percepções dessas profissionais no contexto da Educação Infantil. A próxima seção será dedicada à discussão dos resultados da pesquisa.

ENTRE A ATUAÇÃO E A FORMAÇÃO: PERCEPÇÕES DE CUIDADORAS ESCOLARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Inclusão Escolar como um princípio que visa a participação e a aprendizagem de todos/as, também constitui uma política pública educacional, cuja necessidade de envolvimento

de toda a comunidade escolar é indispensável, para sua concretização. E aqui visibilizamos a presença do/a profissional Cuidador/a Escolar, que tem atuado para garantir a promoção da autonomia, participação e permanência de alunos neurodivergentes no ambiente escolar. Neste cenário, para o alcance do objetivo proposto nesta investigação, buscamos inicialmente apresentar no Quadro 1, o perfil das participantes da pesquisa, com base em suas trajetórias profissionais, para em seguida examinar as percepções apresentadas por cada participante desse estudo.

Quadro 1 – Perfil das participantes da pesquisa

PARTICIPANTE	FORMAÇÃO INICIAL	FORMAÇÃO CONTINUADA	TEMPO DE ATUAÇÃO	ESPAÇO DE ATUAÇÃO
Lírio	Cursando Psicologia – 8º período	Não	1 ano	Rede particular de ensino
Girassol	Formada em Pedagogia	Não	1 ano e meio	Rede pública de ensino
Açucena	Formada em Pedagogia	Sim	2 anos	Rede pública de ensino

Fonte: Elaboração das autoras (2026).

As participantes da pesquisa, são jovens, com idades entre 19 e 25 anos, estão inseridas em processos distintos de formação profissional e experiência prática no ambiente escolar. De acordo com o Quadro 1, duas (2) são da rede pública e uma (1) da rede privada do município de Imperatriz/MA, ficou identificado que duas (2) já possuem nível superior e uma (1) está finalizando a graduação. Em relação à formação, destaca-se que a entrevistada Lírio, encontra-se em processo de formação acadêmica no curso de Psicologia, estando atualmente no 8º período. Com base em sua formação avalia-se a possibilidade de contribuições para uma compreensão mais aprofundada sobre aspectos do desenvolvimento humano e comportamento infantil. Girassol e Açucena, são formadas em Pedagogia.

Na análise do Quadro 1, confirmamos que as participantes atendem as exigências para a atuação, posto que, o grau de escolarização exigido no universo investigado, conforme o período de seus contratos, é o nível médio. Ressalta-se que, este nível permaneceu inalterado, mesmo com o advento do Decreto nº 12.773/2025, conforme expressa o artigo 15, que “O profissional de apoio escolar terá: I - formação inicial de, no mínimo, nível médio” (Brasil, 2025). Aqui observamos que, embora esta seja a exigência, há que se refletir sobre a necessidade de formação específica, isto pode gerar, “[...] a percepção equivocada de que o cuidador, ou o estudante por

ele acompanhado, não necessitam de formação ou conhecimento especializado” (Batista et al., 2025, p. 9). O que nos leva a problematizar possíveis equívocos, como não haver necessidade de maiores conhecimentos voltados à área. E de forma adicional, lembramos ainda que, embora o Decreto em análise tenha determinado uma carga horária de formação continuada de 180 horas, no mínimo (Brasil, 2025), há que se ponderar que, pode não garantir conhecimentos suficientes sobre as especificidades das neurodivergências que se apresentam em sala de aula.

Porquanto, essas profissionais acompanham o cotidiano desses/as alunos que possuem diferentes necessidades de apoio, é fundamental investir em processos permanentes de formação inicial e continuada. E nesta direção, ao confirmarmos a busca individual destas profissionais, por formação inicial para além do exigido atualmente (Quadro 1), evidenciamos a pertinência de haver aparatos teóricos e práticos, fundamentados para uma atuação em âmbito educacional, mais consistente e alicerçada.

Quanto às atribuições das Cuidadoras Escolares na Educação Infantil, há um forte consenso entre as respostas das participantes. Todas afirmaram que vão além dos cuidados básicos de higiene, alimentação e locomoção. Os excertos a seguir demonstram este aspecto:

No caso das crianças neurodivergentes, buscamos identificar suas necessidades específicas, auxiliando na participação das atividades pedagógicas e promovendo sua interação com os colegas. Muitas vezes somos o suporte mais próximo dessas crianças durante o período escolar, ajudando-as a compreender regras, lidar com mudanças de rotina e desenvolver sua autonomia (Lírio, entrevista junho de 2026).

Além de auxiliar nos cuidados básicos, como higiene, alimentação e locomoção, também atuamos como mediadoras da participação das crianças na rotina escolar. No atendimento às crianças neurodivergentes, nossa função envolve observar necessidades específicas, oferecer suporte durante as atividades pedagógicas e incentivar a interação social. Também ajudamos a manter uma rotina organizada, reduzindo possíveis dificuldades relacionadas a mudanças ou imprevistos (Girassol, entrevista em junho de 2026).

Além dos cuidados relacionados à higiene, alimentação e segurança, também atuamos como apoio direto no processo de inclusão. Auxiliamos na adaptação às atividades, incentivamos a autonomia, favorecemos a comunicação e contribuimos para a integração social das crianças. Nosso trabalho exige observação constante e diálogo permanente com professores, coordenação pedagógica e famílias para que o atendimento seja realizado de forma articulada e eficiente (Açucena, entrevista em junho de 2026).

O trabalho realizado pelas Cuidadoras Escolares, conforme suas respostas, envolve além do cuidar, o acompanhamento da rotina escolar, o apoio à participação nas atividades pedagógicas, a mediação das interações sociais para a construção de sentidos (Vygotsky, 1997) e o suporte emocional às crianças. Percebemos também uma atuação direta no processo de inclusão escolar, com realização de procedimentos que podem representar uma extrapolação de suas funções. Este ponto merece destaque também por se tratar de uma situação ainda

indefinida em muitos municípios e estados, qual seja, a atuação nítida sobre qual deve ser sua função, variando bastante, ponto que gera impactos sobre a efetividade de suas responsabilidades e a qualidade do trabalho exercido.

No contexto investigado, conforme as percepções apresentadas nas respostas, inicialmente o trabalho que seria vinculado somente aos cuidados com higiene, locomoção, alimentação – talvez pela utilização da nomenclatura Cuidador/a, que é acrescida dos termos ‘Escolar ou Social’, e ao que parece, necessita ser revista para acompanhar o uso atual da legislação vigente, isto é, a LBI, que especifica a nomenclatura: Profissional de Apoio Escolar – são transcendidos para outras ações, como as de cunho pedagógico. Como exemplo, retomamos a resposta de Açucena: “Auxiliamos na adaptação às atividades”. Estas ações/procedimentos, podem ser compreendidas como adendos não especificados de suas funções, e ainda se enquadram na responsabilidade docente. A LBI nº 13.146/2015 define o profissional de Apoio Escolar, conforme o artigo 3º:

XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

A LBI apresenta que o profissional de Apoio Escolar deve desempenhar o papel voltado ao atendimento das necessidades de alimentação, higiene, locomoção, entre demais atividades escolares que auxiliam no envolvimento do aluno com deficiência, na rotina diária. Seu exercício deve estar sempre vinculado aos demais profissionais pedagógicos da escola, permitindo a interação com os demais. Todavia, suas atividades não podem ser confundidas com as da docência. O planejamento pedagógico, preparação das atividades, avaliação e condução do processo de aprendizagem seguem sendo incumbência do profissional docente, cabendo a este/a viabilizar suporte ao aluno neurodivergente, conforme estabelecido no artigo 13, da Portaria nº 421/2026 (Brasil, 2026).

No que diz respeito à formação profissional, nos motivou compreender este aspecto a partir das experiências e trajetória destas participantes, considerando sobretudo, os desafios que emergem acerca de uma exigência da ser somente ter o nível médio:

Grande parte do conhecimento é adquirido na prática diária, por meio das experiências vivenciadas com as crianças e das orientações recebidas da equipe escolar. Os cursos de formação continuada oferecidos pela rede municipal contribuem significativamente, mas ainda existe a necessidade de ampliar as oportunidades de capacitação voltadas especificamente para o atendimento inclusivo (Lírio, entrevista em junho de 2026).

[...] existe uma limitação na formação inicial relacionada aos temas da inclusão e da neurodivergência. Grande parte do aprendizado ocorre por meio da experiência prática e das formações continuadas promovidas pela rede municipal. Apesar dos avanços, ainda há necessidade de ampliar os cursos específicos que abordem estratégias de atendimento, comunicação alternativa e desenvolvimento infantil inclusivo (Girassol, entrevista em junho de 2026).

Percebo que a formação das cuidadoras ainda apresenta desafios importantes. Embora muitos profissionais possuam experiência prática significativa, nem sempre tiveram acesso a conteúdo específico sobre educação inclusiva durante sua formação inicial (Açucena, entrevista em junho de 2026).

Todas as respostas apontam que existe uma lacuna importante na formação inicial, especialmente no que se refere à Educação Inclusiva e ao atendimento de crianças neurodivergentes. Segundo as participantes da pesquisa, o aprendizado ocorre, em grande parte, no laboro cotidiano, isto porque, na construção da experiência destas profissionais, estão os modos de lidar, conhecimentos sobre comportamentos e aspectos individuais das crianças neurodivergentes. Aglutina-se a isso o fato de que, atualmente exige-se somente a formação em nível médio, como já discutido anteriormente, evidenciando uma lacuna formativa sobre conhecimentos específicos para um exercício consistente e vinculado de modo teórico e prático (Batista et al., 2025; Kokkonen e Rodrigues, 2025).

Outro ponto que convém visibilizar refere-se ao reconhecimento sobre as formações continuadas oferecidas pela rede municipal de educação. Conforme apontado nas respostas de Lírio e Açucena, em muitos casos, são estas capacitações que propiciam conhecimentos para uma atuação mais coerente e direcionada, ao público que dela necessita. Glat (2018) expressa que a Inclusão Escolar é constituída de vários setores e que as redes de apoio têm responsabilidades, as quais devem dialogar com as necessidades de cada momento e intervenções no interior dos espaços escolares. Logo, o suporte da SEMED, por meio do SIADI, aqui também precisa ser valorizado e visualizado, em particular, para que estas se fortaleçam, se aprofundem e sejam contínuas, para a promoção da Inclusão. Este aspecto também é evidenciado na pesquisa de Kokkonen e Rodrigues (2025, p. 10), ao discutir sobre esta temática no âmbito do Estado Rondônia⁴, enfatizam que:

As ações de formação continuada previstas nos editais são fundamentais para a atuação do PAE⁵, pois é sabido que não existe curso de formação inicial voltado a esse profissional, ficando os sistemas de ensino responsáveis por promover ações de formação continuada em serviço, para que o profissional enfrente os desafios do processo de inclusão escolar dos estudantes e assim contribua com seu desenvolvimento.

⁴ Estado brasileiro situado na Região Norte do país.

⁵ A sigla significa “Profissional de Apoio Escolar” e foi assim utilizada na pesquisa de Kokkonen e Rodrigues (2025).

A formação continuada é necessária para qualificação do trabalho dos/as cuidadores/as, já que a formação inicial não aborda as especificidades desse cargo. Os resultados obtidos através desta pesquisa corroboram essa ideia, mostrando que as Cuidadoras da rede pública contaram com ações formativas oferecidas pela SEMED, por meio do SIADI, enquanto as da rede privada dependem de iniciativas e investimentos próprios para capacitação. Essa disparidade evidencia um obstáculo significativo à consolidação da Inclusão Escolar, principalmente com relação a dispor de ferramentas para que processos inclusivos sejam efetivos (Carvalho, 2012). A falta de oportunidades institucionais de formação pode gerar desigualdades no desenvolvimento profissional e, conseqüentemente, no apoio prestado às crianças. Fica evidente que investir em formação continuada em todas as esferas, se faz necessário para fortalecer a atuação das Cuidadoras Escolares e promover práticas inclusivas cada vez mais qualificadas.

Apesar desta analítica, em parte positiva, estas formações continuadas são consideradas insuficientes ou pouco específicas, o que reforça algumas necessidades formativas a mais, como exposto pelas participantes:

Aprofundamento dos conhecimentos sobre os diferentes perfis neurodivergentes, especialmente o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e outras condições presentes nas escolas. Também seria importante receber mais orientações sobre estratégias de comunicação, mediação de conflitos, adaptação de atividades e manejo comportamental (Lírio, entrevista em junho de 2026).

[...] aprender mais sobre adaptação de atividades, desenvolvimento da autonomia, estratégias de comunicação e manejo de situações desafiadoras. Além disso, capacitações que envolvam estudos de casos reais e atividades práticas seriam muito úteis para aproximar a teoria das situações vivenciadas diariamente (Girassol, entrevista em junho de 2026).

Aprofundamento sobre os diferentes transtornos do neurodesenvolvimento, comunicação alternativa, adaptação curricular, desenvolvimento socioemocional e estratégias de inclusão. Também considero fundamental a realização de formações práticas que abordem situações reais do cotidiano escolar, permitindo que as profissionais desenvolvam habilidades para lidar com diferentes demandas de maneira mais segura (Açucena, entrevista em junho de 2026).

O exposto nas respostas ratifica a pertinência de que ações formativas sejam arquitetadas para atenuar as lacunas que advém da ausência formativa inicial. Neste cenário em que se visibiliza tais necessidades, as Cuidadoras Escolares ratificam temáticas específicas de ordem teórico e prática, tais como: mediação de conflitos, manejo comportamental, exploração de situações por meio de estudos de casos reais, dentre outras situações, que lhes atravessam cotidianamente. Estes resultados dialogam com Tardif (2014), ao apresentar que os saberes profissionais são construídos através da articulação entre a formação acadêmica, a experiência prática e os conhecimentos produzidos no exercício da profissão. A demanda por maior

aprofundamento teórico e prático sobre as diferentes condições do neurodesenvolvimento, ficou evidente e nos parece ser um dos pontos mais frágeis a serem revistos, no contexto do universo pesquisado, tanto na rede pública quanto particular de educação do município de Imperatriz/MA.

Em síntese, a imersão no campo empírico da pesquisa demonstrou que a atuação e a formação de profissionais Cuidadores/as Escolares ainda configura-se com um desafio considerável, em particular, porque além do ato de cuidar, há o envolvimento direto com outras ações que visam a promoção da Inclusão Escolar. Neste contexto, a ausência de formação inicial incide na necessidade de formações continuadas direcionadas, assertivas e voltadas às especificidades do momento contemporâneo. Reforçamos o fortalecimento de políticas públicas voltadas à valorização profissional, sobretudo, porque a Inclusão Escolar depende não apenas de sua presença na escola, mas sim da sua qualificação, da formação recebida e das condições oferecidas pela escola para o pleno exercício de suas funções perante as estratégias e ações necessárias para a participação e a permanência de crianças neurotípicas, indo além das tarefas de assistência e cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

19

A Inclusão Escolar, quando desenvolvida em parceria com professores/as, gestores/as, famílias e demais profissionais da escola, fortalece o processo educativo inclusivo, servindo como rede de apoio e ampliando as oportunidades de aprendizagem, com respeito às particularidades e os direitos de cada criança (Glat, 2018). Como parte desta rede, encontra-se o/a Cuidador/a Escolar, que tem atuado no suporte e na mediação em diferentes frentes, para proporcionar a participação plena, aprendizagens e autonomia daqueles/as que necessitam deste serviço. Com base neste panorama, objetivamos neste estudo investigar a materialização da atuação e formação de profissionais Cuidadoras Escolares no contexto da Educação Infantil, em escolas do município de Imperatriz/MA, a partir de suas percepções.

Com o propósito de discutir sobre o perfil profissional e formativo de Cuidadores/as Escolares, situando aspectos conceituais e normativas legais vigentes, que embasaram a investigação e permitiram asseverar que a atuação de profissionais Cuidadores/as Escolares tornou-se indispensável em sala de aula, tanto relacionadas as questões de cuidado como no âmbito pedagógico. Evidenciamos que sua presença constitui um suporte para a efetivação da

Inclusão Escolar, favorecendo a participação, a permanência e o desenvolvimento daqueles/as que necessitam de apoio (Batista et al., 2025).

Percorrendo a investigação visamos analisar as percepções de Cuidadoras Escolares, sobre suas atuações e formações inicial e continuada, mediante a concretização de práticas junto às crianças neurodivergentes, em escolas do município de Imperatriz/MA.

Os resultados evidenciaram que suas atuações ultrapassam o atendimento às necessidades básicas de alimentação, higiene e locomoção, contribuindo também para a autonomia, socialização, aprendizagens, apoio em atividades escolares, adaptação destas, regulação em situações de conflito, rotinas estruturadas, segurança e o bem-estar de crianças neurodivergentes. A pesquisa também revelou desafios que ainda permeiam o exercício dessa função, como a trajetória histórica de falta de reconhecimento, ausência de regulamentação mais específica das atribuições, aspecto que ocasionou por muito tempo distorções sobre suas funções.

Nesta lógica, ficou demonstrado nas respostas das participantes da pesquisa que há direcionamentos para ações pedagógicas de cunho docente, extrapolando assim as incumbências desta função. Neste contexto, tem-se no Decreto nº 12.686/2025, o início de transformações sobre esta questão. Ao evidenciar as atribuições do/a Profissional de Apoio Escolar, refletimos sobre este desafio e a necessária superação desta situação, em particular, perante determinações do documento supracitado, para que efetivamente sejam asseguradas, com vistas a um trabalho mais qualitativo e coerente. De igual modo, a Portaria nº 421/2026, ao expressar que não se deve confundir o trabalho de Profissionais de Apoio Escolar com atribuições docentes, busca demarcar a separação e responsabilidades de cada uma das funções.

20

No contexto desta investigação ficou evidenciado que no município de Imperatriz/MA, a SEMED e o SIADI, tem proporcionado capacitações para minimizar as lacunas formativas, assim entendemos o aspecto positivo desta ação, que se traduz em um compromisso de fortalecimento de ações voltadas à qualificação de Profissionais de Apoio Escolar. Todavia, também ficou notório que estas são exíguas, logo, ainda configura-se como um desafio, que haja formações específicas continuamente, conforme apontado pelas participantes, sendo urgente, sobretudo, porque a formação inicial exigida em lei não abarca o propósito da função, portanto, permanecem lacunas sobre aprofundamentos teóricos e práticos, para o exercício desta função. Sendo que, no setor ainda permanece o desafio destes/as profissionais, pois sem suporte, devem buscar de forma independente e sem apoio institucional, sua formação continuada.

Investimentos em formação continuada, podem contribuir para a consolidação de práticas mais inclusivas e para a oferta de um atendimento educacional de maior qualidade. Dito isto, mediante as limitações deste estudo, sugerimos que outras pesquisas avancem nesta temática, desdobrando discussões sobre a formação continuada, recursos financeiros, transformações acerca da atuação com bases nas legislações mais recentes, alcançando as práticas no interior das escolas, além de questões sobre valorização profissional e qualidade do trabalho realizado.

Logo, ratificamos que uma atuação bem definida, valorização da profissão, garantia de políticas públicas em relação à formação continuada de Cuidadores/as Escolares, são condições indispensáveis. Diante dos desafios ainda presentes, para a promoção de desenvolvimento destes/as profissional, esta pauta de discussões permanece ativa, para reflexões sobre melhorias de formação e atuação consistentes, com vistas a concretização da Inclusão Escolar de crianças neurodivergentes, de forma humanizada e comprometida com seu desenvolvimento integral.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Paulo Ricardo de Sousa; JUNIOR, Weliton Campelo Rodrigues; ALMEIDA, Jonas Gonçalves; SILVA, Ellery Henrique Barros da. A interação entre professor e cuidador escolar no contexto do aee: perspectivas de cooperação pedagógica. **Revista Construção Psicopedagógica**, v.35 n° 38. p. 1-13, 2025. Disponível em: <<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/cp/v35n38/2175-3474-cp-35-38-eo8.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2026.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. Legislação – **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Publicada no Diário Oficial da União nº 191 – A, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: dez. 2025.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em mai. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 2009.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. Legislação - **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. Legislação - **Decreto nº 12.686, de 2025**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2025/decreto-12686-20-outubro-2025-798166-publicacaooriginal-176779-pe.html>. Acesso em: jun. 2026.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. Legislação - **Decreto nº 12.773, de 2025**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2025/decreto-12773-8-dezembro-2025-798454-publicacaooriginal-177304-pe.html>. Acesso em: jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 421, de 15 de maio de 2026**. Disponível em: <https://mecnormas.mec.gov.br/pesquisa/detalhar/112>. Acesso em: jun. 2026.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, Rosana. Desconstruindo representações sociais: por uma cultura de colaboração para inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. esp., p. 9-20, 2018.

KRAMER, Sonia. **A infância e sua singularidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 48 p. Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade, v. 9.

KOKKONEN, Roselaine Luzitana Fracalossi; RODRIGUES, Marlene. Profissional de apoio escolar ou cuidador? Uma reflexão sobre essas nomenclaturas no estado de Rondônia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 51, e282388, 2025. Disponível em: SciELO – Educação e Pesquisa. Acesso em: 12 jul. 2026.

22

LOPES, Mariana Moraes; MENDES, Enicéia Gonçalves. Profissionais de apoio à inclusão escolar: motivos para demandas e atribuições. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 24, p. 1-18, 2021.

LÜDKE, M. ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas-2.ed-** Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: caminhos para uma escola para todos**. São Paulo: Summus, 2015.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. São Carlos: EDUFSCar, 2014.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **Pensamento e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 194 p.

WALKER, Nick. **Neuroqueer heresies: notes on the neurodiversity paradigm, autistic empowerment, and postnormal possibilities**. Fort Worth, TX: Autonomous Press, 2021.